

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41716	54773/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA

DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO SEU PRESIDENTE – MANDATO 2025-2029

Considerando que:

- No passado dia 3 de novembro foi instalada a Câmara Municipal de Braga com a configuração resultante das Eleições Autárquicas de 12 de outubro de 2025;
- A Câmara Municipal, enquanto Órgão Executivo Colegial do Município de Braga, dispõe de um conjunto de competências, previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como noutros diplomas, cuja multiplicidade, abrangência e extensão impossibilita uma apreciação célere e eficaz da totalidade dos atos a praticar, ao abrigo das mesmas, em Reunião de Câmara;
- A diversidade e extensão das matérias da competência da Câmara Municipal de Braga não permite a apreciação célere, eficaz e eficiente de todas elas, em reunião deste Órgão Executivo;
- Ao vasto leque de competências conferidas por Lei à Câmara Municipal acrescem novas competências em diversas áreas, no âmbito do quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- O princípio da boa administração previsto no art.º 5.º do Código do Procedimento Administrativo pressupõe que a Administração Pública deve ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, devendo pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade;
- Cabe às Autarquias assegurar o exercício das suas competências de forma célere e eficiente, evitando processos e métodos de trabalho burocráticos, devendo para o efeito ser



privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências nos termos legalmente previstos;

- A delegação de competências constitui um instrumento que visa simplificar e conferir eficácia à gestão camarária, e que possibilita reservar as decisões de fundo e os atos de gestão do Município, com maior relevância, para o Órgão Executivo;
- A previsão legal do instituto da delegação de competências do órgão colegial (Câmara Municipal) no Presidente da Câmara, tem subjacente a melhoria da eficiência dos serviços públicos, uma vez que as reuniões da câmara municipal têm uma periodicidade espaçada temporalmente e a sua convocação e entrega da ordem de trabalhos têm prazos legais prévios que urge cumprir, quando, o Presidente da Câmara tem o exercício de funções tipificado a tempo inteiro;
- Tanto a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), o Regime Jurídico da Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais, e o Regime Jurídico da Delegação de Competências de Órgãos do Estado nos Órgãos das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e dos Órgãos dos Municípios nos Órgãos das Freguesias e das Entidades intermunicipais, como o Código de Procedimento Administrativo, preveem a possibilidade da delegação e da subdelegação de poderes, regulando-as nos seus artigos 34.º, n.º 1, 44.º a 50.º, respetivamente;
- É de todo conveniente reunir num único ato administrativo as diferentes matérias delegadas na Presidente da Câmara, de modo a facilitar aos Serviços e aos Administrados o seu conhecimento e cumprimento;

Assim, em face do exposto e ao abrigo dos preceitos acima referidos, **PROponho QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DELIBERE APROVAR DELEGAR NO SEU PRESIDENTE DA CÂMARA E AUTORIZAR A RESPETIVA SUBDELEGAÇÃO**, nos termos e limites do n.º 1 do artigo 34.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, em conjugação com o previsto nos art.º 44.º e 47.º do C.P. A, as competências atribuídas por lei à Câmara, com exceção daquelas que sejam indelegáveis por lei ou por reserva expressa constante da presente Deliberação, nos termos do anexo, que se junta e faz parte integrante da presente proposta.

Anexo: Delegação competências

O Presidente da Câmara,

João Vasconcelos Barros Rodrigues

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO:

A. AS COMPETÊNCIAS MATERIAIS PREVISTAS NO ARTIGO 33.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), aprovado pelo anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e, que não incluem as estabelecidas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) do n.º 1 do referido artigo 33.º, **E AINDA AS COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO PREVISTAS NO ARTIGO 39.º**, todos do sobredito RJAL:

1. Executar as Opções do Plano e Orçamento, bem como aprovar as suas alterações *(al. d) do n.º 1 art.º 33.º)*;
2. Aprovar os Projetos, Programas de Concurso, Cadernos de Encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, até ao montante de 300.000,00€ *(al. f) do n.º 1 do art.º 33.º)*;
3. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mínima mensal garantida *(al. g) do n.º 1 do art.º 33.º)*;
4. Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções *(al. h) do n.º 1 do art.º 33.º)*;
5. Discutir e preparar com os Departamentos Governamentais e com as Juntas de Freguesia Contratos de delegação de competências e Acordos de execução, nos termos previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e demais legislação conexa *(al. l) do n.º 1 do art.º 33.º)*;
6. Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do Município, designadamente, através da adoção de planos municipais para a igualdade *(al. q) do n.º 1 do art.º 33.º)*;
7. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central *(al. r) do n.º 1 do art.º 33.º)*;
8. Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal *(al. t) do n.º 1 do art.º 33.º)*;

9. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal (*al. v) do n.º 1 do art.º 33.º*);
10. Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas (*al. w) do n.º 1 do art.º 33.º*);
11. Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos (*al. x) do n.º 1 do art.º 33.º*);
12. Exercer o controlo prévio, designadamente, nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, bem como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (*al. y) do n.º 1 do art.º 33.º*);
13. Executar as obras, por administração direta ou empreitada (*al. bb) do n.º 1 do art.º 33.º*);
14. Alienar bens móveis (*al. cc) do n.º 1 do art.º 33.º*);
15. Proceder à aquisição e locação de bens e serviços (*al. dd) do n.º 1 do art.º 33.º*);
16. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob Administração Municipal (*al. ee) do n.º 1 do art.º 33.º*);
17. Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal (*al. ff) do n.º 1 do art.º 33.º*);
18. Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares (*al. gg) do n.º 1 do art.º 33.º*);
19. Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos (*al. ii) do n.º 1 do art.º 33.º*);
20. Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos (*al. jj) do n.º 1 do art.º 33.º*);
21. Declarar prescritos a favor do Município, após publicação de Avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, bem como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura (*al. kk) do n.º 1 do art.º 33.º*);
22. Participar em Órgãos de Gestão de entidades da Administração Central (*al. ll) do n.º 1 do art.º 33.º*);
23. Designar os representantes do Município nos Conselhos Locais (*al. mm) do n.º 1 do art.º 33.º*);
24. Participar em Órgãos Consultivos de entidades da Administração Central (*al. nn) do n.º 1 do art.º 33.º*);

25. Administrar o domínio público municipal, incluindo a prática dos atos previstos no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação atual (*al. qq) do n.º 1 do art.º 33.º*);
26. Decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos (*al. rr) do n.º 1 do art.º 33.º*);
27. Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia (*al. ss) do n.º 1 do art.º 33.º*);
28. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios (*al. tt) do n.º 1 do art.º 33.º*);
29. Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município (*al. uu) do n.º 1 do art.º 33.º*);
30. Enviar ao Tribunal de Contas as Contas do Município, bem como todos os documentos que devam ser remetidos a este Tribunal (*al. ww) do n.º 1 do art.º 33.º*);
31. Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (*al. yy) do n.º 1 do art.º 33.º*);
32. Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do Município (*al. zz) do n.º 1 do art.º 33.º*);
33. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado (*al. bbb) do n.º 1 do art.º 33.º*);
34. Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal (*al. b) do art.º 39.º*);
35. Proceder à marcação e justificação das faltas dos Membros da Câmara Municipal (*al. c) do art.º 39.º*).

B. EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. Autorizar a realização de despesas, no âmbito da celebração de contratos públicos, até ao limite de 300.000,00€¹, nos termos do artigo 18.º e do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável à locação e aquisição de bens móveis e serviços) e ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea f), do artigo 33.º e do n.º 2, do artigo 34.º, ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, bem como dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, incluindo, designadamente:
 - Contratos de empreitada de obras públicas;
 - Contratos de Locação
 - Contratos de aquisição de bens móveis e aquisição de serviços

¹ Atualmente o limite legal é de 748.196,85 € (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos)

- Contratos de concessões de obras públicas e Serviços Públicos;
- 2. Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no anterior;
- 3. Delegar, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), todas as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, designadamente:
 - a) Promover as notificações, comunicações, publicações e demais diligências instrutórias do procedimento, sempre que no CCP constem como obrigação do órgão competente para a decisão de contratar, do contraente público ou do dono da obra;
 - b) Decidir contratar (n.º 1 do artigo 36.º do CCP);
 - c) Decidir a escolha do procedimento de formação dos contratos (artigo 38.º do CCP);
 - d) Aprovar as peças do procedimento (n.º 2 do artigo 40.º do CCP);
 - e) Prestar de esclarecimentos, pronúncia sobre erros ou omissões e termos de suprimento, Retificação de erros ou omissões das peças do procedimento (n.º 5, 6 e 7 do artigo 50.º do CCP);
 - f) Decidir sobre a prorrogação de prazo para apresentação de propostas e de candidaturas (n.º 5 do artigo 64.º e n.º 4 do artigo 175.º) **OU** Decidir sobre a prorrogação de prazo fixado para compromisso de terceiros (artigo 92.º) todos do CCP;
 - g) Decidir sobre a classificação de documentos da proposta e sobre o modo alternativo para a sua apresentação, bem como a promoção oficiosa da desclassificação e ainda sobre a imposição aos concorrentes de requisitos destinados a proteger as informações de natureza confidencial disponibilizadas ao longo do procedimento de formação do contrato (n.ºs 2, 4, 5 e 7 do artigo 66.º do CCP);
 - h) Designar o júri e/ou peritos ou consultores para coadjuvar ou apoiar o júri do procedimento;
 - i) Decidir, tratando-se de consulta prévia ou concurso público urgente, que os procedimentos sejam conduzidos pelos serviços da entidade adjudicante (n.º 2 do artigo 67.º do CCP)
 - j) Designar os peritos ou consultores para apoio ao júri (n.º 6 do artigo 68.º do CPP);
 - k) Subdelegar as competências no júri (n.º 2 do artigo 69º do CCP);
 - l) Fundamentar a qualificação de preço anormalmente baixo e da exclusão de proposta com esse fundamento (n.º 2 do artigo 71.º do CCP);
 - m) Adjudicar (art. 70.º e n.º 1 do artigo 76.º do CCP);

- n) Notificar o adjudicatário da decisão de adjudicação, do prazo para apresentar os documentos de habilitação, prestar caução, confirmar compromissos relativos a terceiras entidades e pronunciar-se sobre a minuta do contrato (n.º 2 do artigo 77.º do CCP);
- o) Solicitar ao adjudicatário documentos comprovativos de habilitação e a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, caso aplicável (n.º 8 do artigo 81.º do CCP);
- p) Decidir a dispensa da redução do contrato a escrito (n.º 2 do artigo 95.º do CCP);
- q) Aprovar da minuta do contrato (n.º 1 do artigo 98.º do CCP);
- r) Propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar (n.º 1 do artigo 99.º do CCP)
- s) Promover as notificações relativas às seguintes matérias: decisão de adjudicação, apresentação de documentos de habilitação, prestação de caução, confirmação, se for o caso, de compromissos assumidos por terceiros relativos à proposta adjudicada, pronúncia sobre a minuta do contrato quando for reduzido a escrito, confirmação no prazo para o efeito fixado, se for o caso, da constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada, solicitação de documentos complementares comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas fixando prazo para o efeito, nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas a solicitação ao adjudicatário de apresentação de um plano de prevenção e corrupção de infrações conexas; apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário; quando se verifique facto que determine a caducidade da adjudicação, fixar prazo para pronúncia; minuta do contrato, ajustamentos ao contrato e data da sua outorga, decisão de qualificação, audiência de contrainteressados (2ª parte do n.º 1 do artigo 76.º, n.º 2 do artigo 77.º, n.º 8 e 9 do artigo 81.º, n.º 1 do artigo 85.º, n.º 2 do artigo 86.º, artigo 100.º, n.º 3 do artigo 104.º, n.º 5 do artigo 170.º, art.º 188.º e artigo 273.º todos do CCP);
- t) Promover a notificação relativa à audiência prévia do adjudicatário por não prestação da caução no prazo legal (n.º 1, do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo);
- u) Escolher as entidades convidadas a apresentar proposta nos procedimentos de consulta prévia ou de ajuste direto, para a formação de contratos de empreitadas de obras públicas (n.º 1 do artigo 113.º do CCP)
- v) Decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de seleção das propostas ou dos concorrentes para a fase da negociação, quando aplicável ou para efeitos de qualificação de candidatos (n.º 4 do artigo 124.º, n.º 4 do artigo 148.º, n.º 4 do artigo 186.º do CCP)

- w) Promover o envio aos interessados do convite à apresentação de candidaturas e de propostas (n.º 5 do artigo 167.º, n.º 1 do artigo 189.º e do n.º 1 do artigo 241.º B do CCP);
- x) No âmbito da fase de execução dos contratos as seguintes competências:
 - i. Designar o gestor do contrato (art. 209.º A do CCP);
 - ii. Conceder adiantamentos de preço, desde que se verifiquem os pressupostos relativos ao valor e à prestação de caução (artigo 292.º do CCP);
 - iii. Autorizar a substituição da caução prestada (artigo 294.º do CCP);
 - iv. Promover o cumprimento da obrigação de liberação das cauções prestadas como garantia de cumprimento de obrigações contratuais (artigo 295.º do CCP);
- y) Autorizar a liberação parcial de cauções, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, na sua versão atual;
- z) Promover a publicitação de modificações aos contratos (n.º 1 do artigo 315.º do CCP);
- aa) Designar o Diretor de Fiscalização da Obra e o seu substituto (n.ºs. 2 e 4 do artigo 344.º do CCP);
- bb) Consignar os locais onde os trabalhos devam ser executados (artigos 356.º e seguintes do CCP);
- cc) Decidir sobre a suspensão da execução dos trabalhos (artigo 365.º do CCP) e, ainda, autorizar a suspensão de execução dos trabalhos (artigo 367.º do CCP);
- dd) Notificar o empreiteiro para execução dos trabalhos complementares (alínea a) do n.º 3 do art. 372.º do CCP);
- ee) Proceder à medição de todos os trabalhos executados (artigo 387.º do CCP);
- ff) Corrigir erros de medição (artigo 390.º do CCP);
- gg) Proceder às receções provisória e definitiva das obras previstas (artigos 395.º e 398.º do CCP);
- hh) Decidir sobre reclamação apresentada pelo empreiteiro quanto ao conteúdo da conta final (n.º 3 do artigo 401.º do CCP);
- ii) Decidir sobre a notificação ao empreiteiro para apresentação de plano de trabalhos modificado, sobre a respetiva adequabilidade e determinar a posse administrativa da obra, bem como dos bens móveis e imóveis à mesma afetos (n.ºs 1, 2 e ab initio do n.º 3 do artigo 404.º do CCP);
- jj) Promover as notificações relativas à ordem previamente aprovada de execução de trabalhos a mais ou de serviços a mais ou, no caso de incumprimento pelo empreiteiro, promover a execução dos trabalhos complementares diretamente ou através de terceiros (n.º 1 do artigo 371.º, alíneas a) e b), do n.º 3 do artigo 372.º do CCP);
- kk) Promover as notificações relativas à ordem previamente aprovada, de supressão de trabalhos ou serviços a menos, prevista no n.º 1, do artigo 379.º;

- ll) Promover a notificação relativa à convocatória para a realização de vistoria para receção provisória e definitiva (n.º 3 do artigo 394.º e n.º 6 do artigo 398.º do CCP);
- mm) Decidir a seleção dos trabalhos de conceção (n.º 1 artigo 219.º I do CCP);
- nn) Decidir a qualificação dos candidatos (n.º 5 do artigo 241.º A do CCP);

C. Procedimentos de contratação pública, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Procedimentos de contratação pública, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), até ao montante máximo de 300.000,00€, delegar-lhe as seguintes competências, com faculdade de subdelegação:

1. Apreciar e responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos interessados – artigo 50.º n.º 5 alínea a);
2. Pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do prazo legalmente previsto, não sejam por ele expressamente aceites, bem como, identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior - artigo 50.º n.º 5 alíneas b) e c);
3. Proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no programa de concurso – artigo 50.º n.º 7;
4. Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas - artigo 64.º e nos termos legalmente previstos;
5. Decidir sobre a classificação de documentos e promover a respetiva desclassificação - artigo 66.º;
6. Designar peritos ou consultores para apoiarem o júri do procedimento no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri – artigo 68.º n.º 6;
7. Definir no programa do procedimento, as situações em que o preço ou custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, indicando os critérios que presidiram a essa definição, designadamente por referência a preços médios obtidos em eventuais consultas preliminares ao mercado – artigo 71.º n.º 1;

8. Notificar o adjudicatário para os efeitos contidos no n.º 2 do artigo 77: apresentar os documentos de habilitação; prestar caução, quando aplicável; Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada; Pronunciar-se sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito; Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada - artigo 77.º n.º 2 e 81.º;
9. Solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas, fixando-lhe um prazo para o efeito - artigo 81.º n.º 8;
10. Notificar os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário - artigo 85.º;
11. Decidir sobre o pedido do adjudicatário de prorrogação do prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação – artigo 85.º n.º 2;
12. Notificar o adjudicatário para que se pronuncie, por escrito, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, ao abrigo do direito de audiência prévia, relativamente às situações que possam determinar a caducidade da adjudicação, que lhe sejam imputáveis – artigo 86.º n.º 2;
13. Conceder ao adjudicatário, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, quando, em função das razões invocadas, as causas de não apresentação dos documentos lhe não sejam imputáveis – artigo 86.º n.º 3;
14. Solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas – artigo 88.º n.º 2;
15. Prorrogar o prazo que tenha sido fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta do adjudicatário - artigo 92.º;
16. Decidir as reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, já aprovadas - artigos 102.º e seguintes;
17. Dispensar a redução do contrato a escrito, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 95.º;
18. Proceder às comunicações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 104.º, no que se refere à assinatura do contrato;
19. Aprovar o plano de segurança e saúde - artigo 12.º do DL n.º 273/2003, de 29 de outubro.

D. EM MATÉRIA DE URBANISMO E LEGISLAÇÃO CONEXA:

1. As seguintes competências previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação:

1.1) Praticar os atos administrativos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, a seguir elencados:

- a. Conceder as licenças previstas no n.º 2, do artigo 4.º, conjugado com os artigos 23.º e 88.º;
- b. Promover a emissão de certidão comprovativa da verificação dos requisitos de destaque, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º;
- c. Promover a emissão da certidão a que se refere no n.º 12 do artigo 13.º;
- d. Emitir informação prévia, nos termos e limites fixados nos artigos 14.º e 16.º;
- e. Apreciar e decidir sobre projetos de arquitetura previstas no artigo 20.º e sobre projetos de loteamento, obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos previstos no artigo 21.º;
- f. A competência referente à reapreciação do pedido, nos termos do artigo 25.º;
- g. Decidir sobre os pedidos de alteração à licença, de acordo com o artigo 27.º;
- h. Decidir pela inviabilização da execução das operações urbanísticas objeto de comunicação prévia e promover as medidas necessárias à reposição da legalidade urbanística nos termos do n.º 8 do art.º 35.º;
- i. Alterar as condições da licença ou de autorização da operação de loteamento desde que tal alteração se mostre necessária à execução de instrumentos de planeamento territorial ou outros instrumentos urbanísticos, nos termos previstos no artigo 48.º;
- j. Emitir as certidões, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º;
- k. Alterar as condições da licença ou da comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos previstos no artigo 48.º e n.º 7 do artigo 53.º;
- l. Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos no artigo 54.º;
- m. Decidir sobre o requerimento de execução das obras de urbanização por fases, artigo 56.º;
- n. Fixar as condições a observar nas obras de edificação em termos de execução de obra, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º;

- o. Fixar e prorrogar os prazos previstos no artigo 58.º, no artigo 59.º e no n.º 2 do artigo 86.º;
- p. Designação da comissão para a realização de vistoria e notificação da data desta, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 65.º;
- q. Autorizar a certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal prevista no n.º 3, do artigo 66.º;
- r. As renovações da licença administrativa, nos termos do artigo 72.º;
- s. Declarar a caducidade e revogar a licença e a comunicação prévia, nos termos previstos nos artigos 71.º, n.º 5 e 73.º n.º 2;
- t. Emissão de declaração de inexigibilidade da prestação de caução nos termos do n.º 2 do art.º 74.º;
- u. Promover a execução de obras, nos termos previstos no artigo 84.º, n.º 1;
- v. Acionar as cauções, nos termos previstos no artigo 84.º, n.º 3;
- w. Proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos no artigo 84.º, n.º 4;
- x. Emitir oficiosamente licença nos termos previstos no art.º 84.º n.º 4 e 85.º n.º 9;
- y. Fixar prazo para a prestação de caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infraestruturas públicas, nos termos previstos no artigo 86.º;
- z. Decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização, nos termos previstos no artigo 87.º;
- aa. As competências previstas no artigo 88.º sobre obras inacabadas;
- bb. Determinar a fiscalização sobre as condições de utilização da edificação, conforme disposto no artigo 88º-A do RJUE;
- cc. As previstas no artigo 89.º, artigo 90.º, artigo 91.º e artigo 92.º, este último conjugado com o n.º 2 e n.º 4 do artigo 109.º, relativamente à utilização e conservação do edificado e respetivas vistorias prévias, obras coercivas e despejo administrativo;
- dd. Determinar as medidas adequadas de tutela e restauração da legalidade urbanística quando sejam realizadas operações urbanísticas nos termos do art.º 102.º;
- ee. Promover a legalização nos termos constantes do art.º 102.º-A;
- ff. Contratar com empresas privadas para efeitos de fiscalização, nos termos previstos no artigo 94.º, n.º 5;

- gg. Promover a realização de trabalhos de correção ou alteração por conta do titular da licença ou comunicação prévia, nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 3;
 - hh. Aceitar, para extinção de dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento, nos termos previstos no artigo 108.º, n.º 2 e 3;
 - ii. Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110.º;
 - jj. Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no artigo 117.º, n.º 2;
 - kk. Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos previstos no artigo 120.º;
 - ll. Enviar os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no artigo 126.º.
2. Decidir em matéria de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, nos termos da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação;
- a. Dever de reconversão, nos termos e prazos a estabelecer pela Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, n.º 2;
 - b. Organização do processo de reconversão, nos termos do artigo 4.º, n.º 1, al. b);
 - c. Regime da administração dos prédios integrados nas AUGI, nos termos do artigo 8.º, n.º 3;
 - d. Realização da vistoria e designação da respetiva comissão, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 22.º;
 - e. Pedido de licenciamento de operação de loteamento, nos termos do artigo 24.º, n.º 1, 2 e 4;
 - f. Regime da caução da boa execução das obras, nos termos do artigo 27.º;
 - g. Emissão do alvará de loteamento, nos termos do artigo 29.º;
 - h. Reconversão por iniciativa municipal, nos termos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 31.º;
 - i. Modalidades da reconversão por iniciativa municipal, nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 32.º;
 - j. Aplicação das medidas complementares constantes do Decreto-Lei n.º 804/76, de 6 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 90/77, de 9 de março por remissão do artigo 34º, nº 1;
 - k. Pedido da declaração da AUGI, nos termos do artigo 35.º;
 - l. A realização de obras de urbanização por conta dos proprietários, nos termos do artigo 50.º;
 - m. Legalização condicionada de obras particulares, nos termos do artigo 51.º;

- n. Adoção de medidas preventivas, nos termos do artigo 54.º;
 - o. Informação sobre os processos de reconversão, nos termos do artigo 56.º - A.
3. Decidir no âmbito do regime jurídico das obras em prédios arrendados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual, bem como na matéria relativa a prédios devolutos, nos termos do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto
 4. Decidir no âmbito do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951, na sua redação atual;
 5. Decidir em matéria de determinação do nível de conservação de prédios urbanos ou frações autónomas, no termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, ao abrigo da al. y) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente a determinação do nível de conservação de um prédio urbano ou de uma fração autónoma, nos termos do artigo 2.º, n.º 1 e a Designação dos técnicos, nos termos do artigo 3.º, n.º 2.
 6. Decidir sobre o licenciamento das áreas de serviço que se pretendam instalar na rede viária municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro;
 7. Emitir pareceres sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e pronunciar-se na definição da Rede Rodoviária Nacional e Regional e na utilização da via pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 261/2002, de 23 de novembro;
 8. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal sobre o licenciamento de estabelecimento de pedreiras, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na sua redação atual;
 9. Decidir relativamente às competências previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, na sua versão atual;
 10. Decidir no que concerne às competências previstas no Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua versão atual;
 11. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema de Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto, na sua atual redação, designadamente exercer as competências cuja decisão caiba à Câmara Municipal, relativas à emissão das licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres, atos permissivos ou não permissivos necessários à instalação e exploração do estabelecimento industrial, após notificação pelo “Balcão do Empreendedor”.

E. EM MATÉRIA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E MATÉRIA TRIBUTÁRIA:

1. Em matéria de responsabilidade civil extracontratual, autorizar as despesas respeitantes a indemnizações até ao limite do valor da franquia em vigor nos contratos de seguro ao Município, após emissão obrigatória de informação técnica que conclua pela responsabilidade do

Município, nos termos do disposto na Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atualizada, e demais legislação aplicável em sede de responsabilidade civil.

2. Exercer as competências no domínio do Procedimento e Processo Tributário, previstas na alínea c) do artigo 15.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e nas alíneas b) a j) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, também na sua redação atual, por referência ao estipulado no artigo 7.º, n.º 1 daquele Decreto-Lei n.º 433/99.

F. EM MATÉRIA DE INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:

A competência prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código do Procedimento Administrativo, para a direção da instrução em todos os procedimentos administrativos, cuja decisão caiba à Câmara Municipal, enquanto órgão legalmente competente, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 4 do mesmo artigo.

G. NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTRAORDENACIONAIS SEMPRE QUE A COMPETÊNCIA SEJA ATRIBUÍDA POR LEI À CÂMARA MUNICIPAL:

1. Ordenar todos os atos de fiscalização cometidos por lei à Câmara Municipal;
2. Decidir todos os processos de fiscalização municipal sempre que a respetiva competência seja atribuída por lei à Câmara Municipal;
3. Instruir e decidir todos os processos de contraordenação, aplicando as respetivas coimas nos termos da lei, bem como determinar medidas cautelares e sanções acessórias, sempre que a competência para os mesmos seja atribuída por lei à Câmara Municipal;

H. EM MATÉRIA AMBIENTAL:

1. Decidir no que concerne à titularidade de Recursos Hídricos, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual;
2. Decidir nas matérias que a Lei da Água atribui aos Municípios, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
3. Decidir na matéria prevista no regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, na sua redação atual, ao abrigo da al. ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. Decidir no que respeita às matérias previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual;

5. Decidir em matéria de Prevenção de Acidentes Graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, nos termos do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
6. Decidir no que concerne ao regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, aprovado pela Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto e ao Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano e dos Espaços Verdes do Município de Braga;
7. Decidir relativamente às matérias constantes no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, no domínio das ações de arborização e rearborização com espécies florestais, designadamente as previstas no n.º 2 do artigo 4.º para autorização de ações de arborização e rearborização, bem como quanto à emissão de pareceres no mesmo âmbito e a que se reporta ao artigo 9.º do mesmo diploma.
8. Decidir nas matérias constantes no Regime geral da gestão de resíduos, do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.

I. EM MATÉRIA DE RUÍDO:

1. Em matéria de prevenção e controlo de poluição sonora, exercer as seguintes competências cometidas à Câmara pelo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual:
 - a) Tomar as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído resultante de quaisquer atividades, incluindo as que ocorram sob a sua responsabilidade ou orientação, nos termos do artigo 4.º;
 - b) Preparar mapas de ruído, nos termos do artigo 7.º, elaborar relatórios sobre dados acústicos, nos termos do mesmo artigo, bem como elaborar e implementar Planos Municipais de Redução do Ruído, nos termos do artigo 8.º, desenvolvendo as atividades necessárias para dar cumprimento ao artigo 9.º;
 - c) Remeter informação relevante em matéria de ruído, nos termos do artigo 5.º, n.º 2;
 - d) Ordenar a adoção de medidas imprescindíveis para evitar danos graves para a saúde humana e bem-estar das populações;
 - e) Fiscalizar o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, decidir medidas para evitar a produção de danos para a saúde humana e para o bem-estar das populações, nos termos dos artigos 26.º e 27.º;
 - f) Assegurar a disponibilidade para consulta dos mapas de ruído e dos planos de ação, bem como garantir a efetiva disponibilidade para consulta pública em sede da sua elaboração, estendendo o período de consulta pública se necessário.

J. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL - *Competências previstas nos artigos n.º 2 do art.º 6.º-B, 8º, 9.º n.º 9, 10.º n.º 3 e 28.º Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual*

1. Estabelecer as utilizações admissíveis como sendo compatíveis com o exercício da atividade de alojamento local, nos termos do n.º 2 do art.º 6.º-B;
2. Realizar e solicitar a realização de vistorias nos termos do art.º 8º;
3. Comunicar o cancelamento do registo do estabelecimento ao Turismo de Portugal, I.P. e à ASAE nos termos do art.º 9.º n.º 9;
4. Garantir ao titular de dados o exercício dos direitos de acesso, retificação e eliminação, bem como o dever de velar pela legalidade da consulta ou da comunicação de informação, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art.º 10.º;
5. Fiscalizar o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua atual redação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 21.º;
6. Determinar a interdição temporária da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, na sua totalidade ou em parte, nos termos do art.º 28.º.

K. NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS E PROTEÇÃO CIVIL

1. Decidir no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental, no termos do no Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, enquanto se mantiver em vigor, designadamente;
 - a) Notificar os proprietários ou as entidades responsáveis pela realização dos trabalhos relativos à gestão do combustível das florestas, fixando um prazo adequado para o efeito;
 - b) Decidir, em caso de incumprimento por parte dos proprietários ou entidades responsáveis, a realização das medidas preventivas e a realização dos trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada;
 - c) Notificar os proprietários ou as entidades responsáveis pela execução de medidas preventivas contra incêndios, fixando um prazo adequado para o efeito;

- d) Decidir sobre a autorização para a realização de queima de amontoados e realização de fogueiras, nos termos previstos no artigo 67.º do Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual;
 - e) Decidir sobre o licenciamento da realização de fogueiras de Natal e Santos Populares, nos termos previstos no artigo 39.º do Decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual
 - f) Decidir sobre licenciamento para utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, exceto balões com mecha acesa e quaisquer tipos de foguetes, nos termos previstos no artigo 67.º do Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual;
 - g) Decidir os procedimentos e atos de fiscalização na matéria;
 - h) Elaborar e alterar planos municipais no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- 2. Decidir nas matérias constantes da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que aprovou a transferência de atribuições para os municípios em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como no domínio da prevenção e da defesa da floresta;
 - 3. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril, no domínio da proteção civil, ao abrigo das alíneas a) e d) do artigo 14.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

L. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS- *Competências previstas no n.º 2 e 6, do artigo 19.º, artigo 27.º, n.º 2, do artigo 34.º, do D.L. n.º 220/2008 de 12 de novembro, na sua redação atual*

- 1. Assegurar as competências previstas no artigo 5.º do DL 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;
- 2. Decidir quanto à apreciação das medidas de autoproteção respeitantes a cada utilização-tipo, da 1ª categoria de risco, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 21.º e n.ºs 2 e 4 do artigo 22.º e do n.º 2, do artigo 34.º, do DL 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;
- 3. Assegurar a realização de inspeções, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 19.º, do DL 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;
- 4. Executar a competência fiscalizadora, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º, do DL 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;
- 5. Assegurar o cumprimento de protocolo estabelecido entre o Município e a ANEPC, de acordo com o previsto nos artigos 5.º e 30.º, do DL 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual.

M. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS (RJIEFET) - Competências

previstas nos artigos 22.º, n.º 2, als. a), b) e c), 25.º, 25.º-A, 25.º-C, 27.º, 30.º n.º 3, 33.º n.º 2, 36.º n.º 3, 39.º n.º 1, 68.º n.º 2, 70.º n.º 1, al. b) e art.º 75.º n.º 3, do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua atual redação

1. A competência para instalação dos empreendimentos turísticos, nos termos do artigo 22.º, n.º 1;
2. Fixar a capacidade máxima e atribuir classificação a diversas tipologias de empreendimentos turísticos, designadamente as constantes das alíneas a), b) e c), do n.º 2, do artigo 22.º;
3. Emitir informação prévia nos termos fixados nos artigos 25.º e 25.º-A;
4. A contratualização com o Turismo de Portugal, IP, o acompanhamento do procedimento de instalação dos empreendimentos turísticos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 4.º e na alínea c) do n.º 3 do artigo 18.º, para efeitos de dinamização do procedimento, designadamente para promoção das reuniões de concertação entre as entidades consultadas ou entre estas, a Câmara Municipal e o requerente, nos termos do artigo 23.º, n.º 5;
5. Convocar a comissão que se refere o artigo 25.º-B;
6. Comunicar a decisão relativa ao pedido de informação prévia nos termos previstos no art.º 25.º-C;
7. Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação a diversas tipologias de empreendimentos nos termos previstos no art.º 27.º;
8. Decidir sobre o pedido de concessão de autorização de utilização para fins turísticos e proceder à emissão do respetivo alvará nos prazos previstos no artigo 30.º;
9. Proceder à cassação e apreensão do respetivo título, quando caducada a autorização de utilização para fins turísticos, por iniciativa própria ou a pedido do Turismo de Portugal, I.P., nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 2 do artigo 68.º;
10. Realização da auditoria de classificação em sede de processo de classificação, nos termos do artigo 36.º, n.º 3;
11. Revisão da classificação, nos termos do artigo 38.º, n.º 3
12. Decidir sobre a dispensa dos requisitos exigidos para a atribuição da classificação, nos termos do artigo 39.º n.º 1 al. b);
13. As competências previstas no artigo 70.º n.º 1, al. b);
14. Proceder à reconversão da classificação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º.

N. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE LICENCIAMENTO DAS ESTAÇÕES DE RADIOCOMUNICAÇÃO E NO ÂMBITO DA INSTALAÇÃO DE REDES E INFRAESTRUTURAS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS

1. As competências prevista nos artigos 10.º n.º 2 e 13.º, n.º 5 do Dec. Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro, na sua atual redação:
 - a. Ordenar a remoção da estação de radiocomunicação uma vez definida a data para a realização dos projetos de utilidade pública ou privada, no local indicado pelo requerente para a instalação da sua infraestrutura de suporte, bem assim como ordenar a promoção da notificação respetiva, ao abrigo do n.º 2 do artigo 10.º;
 - b. Determinar a suspensão preventiva e imediata da utilização e funcionamento das estações de radiocomunicações quando estas não cumpram os níveis de referência fixados nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do diploma, de acordo com previsto no n.º 5 do art.º 13.
2. Promover a informação, emitir pareceres e licenciar nas matérias referidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20 de julho, na sua redação atual, o qual estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição a radiações eletromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações
3. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na sua atual redação.

O. NO ÂMBITO DO REGIME JURIDICO DO LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO E POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS - *Competências previstas no Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro na sua versão atual*

1. Decidir sobre o licenciamento das instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional, nos termos do artigo 5.º;
2. Autorizar a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição, objeto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50m3;

3. Nomear a comissão de vistorias nos termos do artigo 12.º;
4. Promover a realização de inspeções periódicas nos termos do n.º 9 do artigo 19.º;
5. Pugnar pela aplicação de medidas cautelares e respetiva cessação nos termos do artigo 20.º;
6. Exercer fiscalização e aplicação de coimas nos termos dos artigos 25.º e 27.º;
7. Proceder aos processos de inquérito e ao registo de acidentes nas instalações bem como a comunicação e demais informações, às autoridades responsáveis, nos termos dos artigos 30.º e 31.º;
8. Decidir sobre reclamações nos termos do artigo 33.º.

P. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE MANUTENÇÃO E INSPECÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECANICAS E TAPETES ROLANTES) - Competências previstas artigos 7.º, 11.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 320/2002 de 28 de dezembro na sua atual redação

1. As competências previstas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, que, tanto podem ser exercidas diretamente pelos serviços municipais, ou, por intermédio de entidades inspetoras (EI), reconhecidas pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), designadamente:
 - a. Efetuar inspeções periódicas e reinspeções às instalações;
 - b. Efetuar inspeções extraordinárias, sempre que o considerem necessário, ou, a pedido fundamentado dos interessados;
 - c. Realizar inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção das instalações;
 - d. Decidir sobre todos os procedimentos necessários ao pleno exercício destas competências, incluindo a fiscalização nos termos previstos no art.º 26.º.
2. Proceder à selagem das instalações sempre que não ofereçam as necessárias condições de segurança nos termos previstos do artigo 11º.

Q. EM MATÉRIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES:

1. Decidir em matéria de Trânsito, no âmbito do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua redação atual e Regulamento de Sinalização de Trânsito;
2. Em matéria de utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, a competência prevista no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;

R. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE USO

PÚBLICO - *Competências previstas nos artigos n.ºs 10.º n.º 2, 13.º, n.ºs 2, 3 e 4, 15.º, 26.º, n.º 4, al. b), 27.º, n.º 2 e 4 e 31.º n.º 3, do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual*

1. Garantir o cumprimento das regras urbanísticas no que respeita ao prédio ou fração onde pretendem instalar-se as instalações desportivas nos termos do n.º 2 do art.º 10.º;
2. Fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público nas instalações desportivas de base, em função da respetiva tipologia e em conformidade com as normas técnicas e de segurança nos termos do art.º 13.º n.º 2;
3. Efetuar e manter atualizado o registo das instalações desportivas disponíveis no concelho em sistema de informação disponibilizado pelo IPDJ, I. P nos termos do art.º 13.º n.º 3;
4. Remeter ao IPDJ, I. P., até ao final do 1.º trimestre de cada ano, a lista das instalações desportivas com o cumprimento dos requisitos do art.º 62.º-A do RJUE, nos termos do art.º 13.º n.º 4.
5. Contratualização com o IPDJ, IP, o acompanhamento do procedimento de instalação dos equipamentos desportivos referidos nos artigos 8.º e 9.º, para efeitos de dinamização do processo, designadamente através da prestação de assessoria técnica e promoção de reuniões de concertação entre a Câmara e o promotor, nos termos do artigo 15.º.
6. Determinar a publicação em jornal da sanção acessória nos termos da al. b) do n.º 4 do art.º 26.º;
7. Determinar a suspensão imediata do funcionamento e a realização de uma vistoria extraordinária quando ocorram situações de grave risco para a saúde pública nos termos dos n.ºs 2 e 4 do art.º 27.º;
8. Promover a vistoria das instalações desportivas nos termos do n.º 3 do art.º 31.º.

S. NO ÂMBITO DO REGULAMENTO QUE ESTABELECE AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA A

OBSERVAR NA LOCALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONCEÇÃO E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DOS ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO, RESPETIVO EQUIPAMENTO E SUPERFÍCIES DE IMPACTO - *Competências previstas nos artigos 35.º a 38.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de setembro na sua redação atual*

1. Promover a fiscalização do cumprimento do disposto no Regulamento nos termos do seu artigo 35.º;

2. Ordenar, nos termos do artigo 38.º, as medidas cautelares adequadas a eliminar eventuais situações de risco de segurança dos utilizadores, designadamente:
 - a. A apreensão e selagem do equipamento;
 - b. A interdição de acesso ao equipamento, após notificação dirigida ao responsável do mesmo;
 - c. A suspensão imediata do funcionamento do espaço de jogo e recreio quando forem detetadas faltas de conformidade que, pela sua gravidade, sejam suscetíveis de colocar em risco a segurança dos utilizadores ou de terceiros.
3. As previstas nos termos do artigo 37.º.

T. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RECINTOS DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA NÃO ARTÍSTICA - *Competências previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto*

1. Designar os técnicos devidamente habilitados para comporem a comissão necessária à realização de vistoria nos termos do n.º 2 do artigo 11.º;
2. Convocar os representantes que fazem parte da comissão de vistoria nos termos do n.º 2 do artigo 11.º;
3. As competências previstas no artigo 23.º.

U. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE ACESSO E EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (RJACSR) - *Competências previstas no D.L. n.º 10/2015 de 15 de janeiro, na sua redação atual, no Código Regulamentar do Município de Braga e outros Regulamentos Municipais:*

1. Emitir permissão administrativa nos casos em que a Câmara Municipal seja a autoridade competente para sua emissão nos termos do disposto no art.º 5.º;
2. Designar o gestor do procedimento para cada procedimento, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual, acompanhando, nomeadamente a instrução, o cumprimento de prazos, a prestação de informação e os esclarecimentos aos interessados;
3. Decidir em matéria de mercados do concelho, nos termos dos regulamentos em vigor, designadamente o Regulamento do Mercado Municipal de Braga;

4. Decidir em matéria de feiras retalhistas e sobre o exercício da venda ambulante (nos termos do DL 10/2015 de 16 janeiro e do Código Regulamentar do Município de Braga);
5. Decidir em matéria de feiras grossista e de venda por grosso (nos termos do DL 10/2015 de 16 janeiro e do Código Regulamentar do Município de Braga);

V. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE ACTIVIDADES DIVERSAS - *Competências previstas no D.L. n.º 310/2002, de 18 de dezembro na sua atual redação:*

1. Licenciar as atividades previstas nas alíneas b), c), d), f) e h) do artigo 1.º daquele diploma, concretamente:
 - a. O exercício da atividade de venda ambulante de lotarias;
 - b. A atividade de arrumador de automóveis;
 - c. A realização de acampamentos ocasionais;
 - d. A realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais espaços públicos ao ar livre;
 - e. A realização de fogueiras e queimadas;
2. Fiscalizar o exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão, nos termos do artigo 27.º;
3. As previstas nos termos do artigo 50.º;
4. Aplicação de medidas de tutela de legalidade, nos termos do artigo 51.º.

W. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO - *Competências previstas no n.º 1 do art.º 17.º e no art.º 38.º da Lei n.º 105/2015 de 25 de agosto*

1. Exercer as competências relativas à criação e extinção do serviço de guarda-noturno;
2. Fixação e modificação das áreas de atuação de guarda-noturno nos termos do n.º 1 do art.º 17º;
3. Revogação por infração das regras da atividade e inaptidão do titular para o seu exercício nos termos previstos no art.º 38.º.

X. NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA - *Competências previstas no art.º 2.º n.º 2 da Lei n.º 97/88 de 17 de agosto na sua redação atual e Código Regulamentar do Município de Braga*

1. Decidir sobre o licenciamento da inscrição ou afixação de mensagens publicitárias.

Y. NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DE COMPANHIA -*Competências previstas nos artigos 3.º-G, n.º 6, 19.º, n.ºs 1 e 4, 21.º, 35.º n.º 3, al. a) e 66.º do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 138/2019 e no Regulamento do Bem-Estar Animal do Município de Braga*

1. Executar as medidas necessárias ao cumprimento da decisão de suspensão da atividade ou encerramento do alojamento nos termos do n.º 6 do art.º 3.º-G;
2. Proceder à recolha e captura de animais de companhia, sempre que seja indispensável, sem prejuízo das competências e das determinações emanadas pela entidade competente nessa matéria nos termos do n.º 1 do art. 19.º;
3. Determinar a alienação de animais não reclamados, sob parecer obrigatório do médico veterinário municipal, por cedência gratuita quer a particulares quer a instituições zoófilas devidamente legalizadas e que provem possuir condições adequadas para o alojamento e manejo dos animais nos termos do n.º 4 do art. 19.º;
4. Promover o controlo da reprodução de animais de companhia, nomeadamente de cães e gatos vadios ou errantes nos termos do art. 21.º;
5. Autorizar a venda de animais de companhia em feiras e mercados nos termos da legislação aplicável nos termos do art. 35.º n.º 3 al. a);
6. Assegurar juntamente com as restantes autoridades competentes a fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção dos animais de companhia nos termos do art. 66.º.
7. Decidir no que concerne à proteção de animais, nos termos da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, na sua redação atual, do Decreto-Lei nº 255/2009, de 24 de setembro, na sua redação atual, assim como no Decreto-Lei nº 82/2019, de 27 de junho, na sua redação atual, e pelo Decreto-Lei nº 315/2009, de 29 de outubro, na sua redação atual;
8. As competências previstas à Câmara Municipal, no Regulamento do Bem-Estar Animal do Município de Braga.

Z. EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO - *Competências previstas no n.º 1 do art.º 31.º, art.º 32.º, n.º 2 do art.º 33.º, art.º 35.º, art.º 36.º art.º 37.º art.º 38.º art.º 39.º, art.º 40.º, art.º 42.º n.º 2, art.º 46.º, art.º 47.º e 49.º do D.L. n.º 21/2019 de 30 de janeiro na sua redação atual*

1. Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva nos termos do n.º 1 do art.º 31.º;
2. Aquisição de equipamento para edifícios escolares nos termos do art.º 32.º;

3. Realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário nos termos do art.º 32.º;
4. A competência para a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados, nos termos do artigo 33.º;
5. Gestão do fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário nos termos do art.º 35.º;
6. Organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos, nos termos definidos no respetivo plano de transportes intermunicipal, nos termos do art.º 36.º;
7. Gestão e funcionamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes nos termos do art.º 37.º;
8. Gestão e funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação nos termos do art.º 38.º;
9. Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro nos termos do art.º 39 e 40.º;
10. Recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação nos termos do n.º 2 do art.º 42.º;
11. Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos nos termos do art.º 46.º;
12. Gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares, fora do período das atividades escolares, incluindo atividades de enriquecimento curricular nos termos do art.º 47.º;
13. Assegurar e organizar em articulação com as forças de segurança e órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a vigilância e segurança dos equipamentos educativos nos termos do art.º 49.º.

**AA. EM MATÉRIA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS
NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO** - *Competências previstas nos artigos 2.º e
3.º do D.L. n.º 107/2018 de 29 de novembro*

1. Regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal.

BB. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO - *Competências previstas nos artigos 2.º e art.º 4.º (a contrário) n.º 1 do D.L. n.º 100/2018 de 28 de novembro*

1. Gestão dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas, localizados nos perímetros urbanos;
2. Gestão dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. (doravante designada por IP) e o respetivo município.

CC. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA CULTURA - *Competências previstas nos artigos 2.º e 4.º do D.L. n.º 22/2019 de 30 de janeiro*

1. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, no domínio da cultura, ao abrigo da alínea c) do artigo 15.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, designadamente:
 - a. Receber as meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística nos termos da al. l) do n.º 2 do art.º 4.º;
 - b. Fiscalizar a realização de espetáculos de natureza artística nos termos da al. m) do n.º 2 do art.º 4.º.

DD. NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS EM VIGOR:

1. Alargar ou restringir o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços, nos termos do Decreto-Lei 48/96, de 15 de maio, na sua redação atual e do Código Regulamentar do Município de Braga;
2. Conceder licenças previstas no CRMB referentes à ocupação de espaço público e publicidade;
3. As competências conferidas à Câmara Municipal pelo Código Regulamentar ou Município de Braga, bem como pelos Regulamentos Municipais em vigor, e não expressamente mencionadas na presente delegação de competências, desde que delegáveis nos termos dos respetivos regulamentos.

EE. RELATIVAMENTE A MATÉRIAS NÃO COMPREENDIDAS NOS PONTOS ANTERIORES:

1. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal sobre o licenciamento de depósitos minerais, nos termos do Decreto-lei n.º 30/2021, de 7 de maio;
2. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal na Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, na sua redação atual, que aprovou o regime jurídico da estruturação fundiária;
3. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal constantes da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro;
4. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal constantes do Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/2018, de 4 de maio;
5. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal constantes do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual;
6. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal constantes do Regime Jurídico do arrendamento acessível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio;
7. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27 de novembro, no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna e azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimento e passatempos, ao abrigo do artigo 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar;
8. Decidir no âmbito das competências cometidas à câmara municipal previstas no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, no domínio da justiça, ao abrigo do artigo 35.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto;
9. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários, ao abrigo da alínea b), do artigo 14.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios aos Voluntários de Proteção e Socorro;
10. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, nos domínios de instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
11. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29 de novembro, no domínio do património imobiliário público, ao abrigo do artigo 16.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto;

12. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, no domínio da saúde, ao abrigo do artigo 13.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
13. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, no domínio da cogestão das áreas protegidas, ao abrigo da al. c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
14. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no domínio da ação social, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
15. Decidir no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 32/2019 de 14 de março, no domínio do policiamento de proximidade, ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
16. No âmbito do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, que estabelece o Regime jurídico do património imobiliário público, a competência para administrar o domínio público municipal, nos termos da Lei, incluindo o poder conferido pelo artigo 126.º, n.º 2 daquele diploma.
17. Decidir sobre as matérias cometidas à Câmara Municipal no âmbito do regime extraordinário da regularização de atividades económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro;
18. Decidir em matéria relacionada com a decisão sobre o exercício, ou não, do direito de preferência, delegada nos termos a que alude o n.º 1 do artigo 58.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-lei nº 307/2009, de 23 de outubro, sem prejuízo de, das decisões que, neste âmbito, sejam proferidas, seja dado a conhecer à Exma. Câmara Municipal na reunião seguinte à da sua prática;
19. Exercer as competências previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º e artigo 59.º-A do Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho, na sua redação atual;
20. Decidir sobre as competências cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na sua atual redação, o qual estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério.